

Afigura-se-nos insuficiente a simples vinculação do fenômeno ao aparecimento do trabalho assalariado; êste processo, na realidade, resulta por sua vez de uma convergência de fatores, que serão, posteriormente, ativados pelo próprio trabalho livre em expansão. De fato, pressupondo um certo grau de divisão social do trabalho, a instauração do trabalho assalariado aciona o processo de mercantilização da produção e integração do sistema de trocas; em outras palavras, a mercantilização da força de trabalho, fruto da produção mercantil, é condição para a sua expansão e penetração em todo o organismo social. Ao mesmo tempo, o trabalho livre pressupõe o trabalhador desprovido de meios de produção, abrindo caminho para a constituição da produção capitalista — fundamento da nova forma de repartição e multiplicação da renda analisada no texto. Nesta perspectiva, a investigação, para aprofundar a análise até às determinações mais internas do processo histórico, deveria esboçar as etapas da instauração das condições capitalistas de produção no Brasil.

Ora, isto nos conduz à segunda observação: é impossível desvendar êsse processo de constituição da economia capitalista no Brasil sem integrá-lo, como um elemento do processo geral de formação e desenvolvimento do capitalismo moderno. Não resta dúvida que êste livro traz uma notável contribuição no sentido de explicar as relações da economia brasileira com o mercado mundial, nas várias fases de sua história. Mas as vinculações sistemáticas se colocam num outro nível. Assim, seria preciso analisar a posição das economias escravistas coloniais, e a do Brasil entre elas, geradas dentro do sistema capitalista numa fase de sua formação (a própria explicação da escravidão colonial somente nesta perspectiva adquire pleno sentido), e o modo pelo qual, numa etapa superior de desenvolvimento, o capitalismo industrial promoverá a superação destas estruturas outrora necessárias e já agora obsoletas. Pensamos, por exemplo, na penetrante análise de Eric Williams sobre a realização dêsse processo nas Antilhas Ingêlasas.

E' claro que não pretendemos desenvolver êsses problemas numa simples resenha. Não os apontamos com vistas a desvalorizar a obra em questão, mas pelo contrário para mostrar como ela sugere a discussão dos problemas básicos da história econômica do Brasil. A importância de sua contribuição, na realidade, é tal, que ela poderá ser discutida, mas não ignorada por quantos doravante tiverem a envergadura necessária para atacar êsses grandes problemas.

FERNANDO ANTÔNIO NOVAIS

* * *

COSTA (João Cruz). — Panorama da História da Filosofia no Brasil.
Coleção Letras Brasileiras. Editora Cultrix. São Paulo, 1960.

Intitulando o seu último trabalho "Panorama da História da Filosofia no Brasil", o prof. João Cruz Costa dá-nos enseja a algumas interrogações. Pretenderá falar da História da Filosofia, no Brasil, ou da Filosofia no Brasil? Por sua vez, os estudos e manifestações

que tratem da História da Filosofia, no Brasil, serão diferentes dos que tratarem da filosofia no Brasil, pois aquêles buscam uma disciplina, isto é, a História da Filosofia.

Sutil distinção essa que, perderá um pouco de sua sutileza, quando aceitarmos outra questão, ainda suscitada pelo referido título, ou seja, propondo-se a traçar um “Panorama da História da Filosofia no Brasil”, o Autor já admite a essa altura que haja uma **história** dessa filosofia e, portanto, convida-nos a pressupor a **existência** dessa filosofia, o que apesar da contração (**no**) esclarecer mais, deixa-nos, contudo, uma impressão que contraria a tese fundamental do seu trabalho.

Bem, o prof. Cruz Costa verificará logo que, são apenas imperitências de nossa parte, em nada diminuindo os méritos do seu trabalho. Portanto, passemos a falar da obra.

Tecendo, hábilmente, suas reflexões e conclusões nos conceitos dos mais diversos autores, principalmente, no sentido do testemunho histórico, desde que a tentativa do Autor volta-se para uma síntese do nosso processo histórico destinada à explicação e, em grande parte compreensão, das nossas insuficiências no campo especulativo, o prof. Cruz Costa dá ênfase, em todo o livro, a essa evidência no tocante a uma original contribuição brasileira para o pensamento universal.

Fundamentando, assim, sua concepção em fatos históricos, em obras de “filósofos” brasileiros e no depoimento de outros estudiosos do assunto, usa de acentuada discrição, sem deter-se com maior demora, na discussão da própria problemática que ao longo dessa prospecção histórica chega a um resultado negativo, o que, de certa maneira, parece conduzir-nos para uma evidência que por si, não precisaria ser demonstrada, como tôda evidência.

Entretanto, é justamente essa messe informativa, arrolada e trabalhada pelo Autor, com inteligência e equilíbrio, que tem um incontestado mérito, o de apontar-nos as causas da nossa crise de pensamento, seja aquela do sentido imediatista da cultura portuguesa, seja a do humanismo jesuíta, ou seja, ainda, sobre o prolongamento daquele “ar espesso do saber medieval” que se respirava nas escolas lusitanas, como nos lembra o saudoso prof. Joaquim de Carvalho num dos seus notáveis “Estudos sobre a cultura portuguesa do século XV”.

Analisando, com certa severidade, a adoção escolástica na formação educacional brasileira do século XVII, que aceitava, assim, uma cultura de importação, o Autor aponta a situação portuguesa que, não podendo oferecer à sua colônia uma sólida formação de pensamento, acabou por perder mesmo essa ausência especulativa, para um estado mais grave, o da aceitação, sem maiores reflexões, de estranhas filosofias.

Assim, através da evolução do processo histórico de nossa emancipação política, notamos essa renúncia ou, paradoxalmente, essa adesão do pensamento lusitano.

Aliás, no tocante à nossa independência política, o Autor simplifica, com facilidade, as suas causas que, a seu ver, seriam:

- 1.º) interêsses econômicos da Inglaterra;
- 2.º) desenvolvimento econômico da colônia e
- 3.º) conveniência dos proprietários da terra,

carecendo, a nosso ver, esta última, de melhores explicações.

Valendo-se, bastante, da informação histórica, o Autor expõe algumas teses já tratadas em obras suas anteriores, como: a de que o espírito brasileiro não é inclinado nem afeito às doutrinas; sôbre o papel secundário dos positivistas no advento republicano (“A República se faria sem êles e apesar dêles”, pág. 47), em contraposição à influência positivista na Constituição Republicana de 1891, que procurou atuar com a corrente ultrafederalista, chamada por Rui de **Superexcitação mórbida**, mas que, na verdade, não conseguiu senão algumas emendas, relativamente secundárias, dentro do conjunto federalista, representado por aquela Carta, e não obstante terem pretendido dar novas dimensões ao conceito de **liberdade** (no Brasil), sendo que, nesse sentido, então, lograssem o seu momento mais alto, como quer o prof. Cruz Costa; a de que o advento do regime republicano não determinou transformações na paisagem intelectual do Brasil (pág. 67). e outras várias.

Falando de Tobias Barreto, o Autor afirma “Môço pobre, procurou um seminário, pois os seminários eram também viveiros como as escolas militares, onde os pobres buscavam instrução...” (pág. 52). Tal assertiva dá-nos a impressão que ambas as carreiras: a do sacerdócio e a militar, foram constituídas de elementos egressos das classes menos abonadas, o que, na realidade, pelo menos com relação à primeira, parece não ter acontecido, mesmo na época de Tobias Barreto, quando as academias é que pareciam oferecer melhores oportunidades aos plebeus.

Falando ainda de Tobias, dá-nos algumas idéias interessantes a propósito da existência de uma **constante** do pensamento brasileiro, a de **descobrir** a verdade neste ou em aquêle momento, sem um debate ou um diálogo mais sério que, inclusive, poderiam evitar manifestações tão peculiares às nossas místicas. Quando influenciados, desejamos entretanto, sob essa mesma influência, recortar-nos fora do comum brasileiro.

Julgando a obra dos chamados **filósofos** brasileiros, o prof. Cruz Costa o faz com acuidade crítica e com uma serenidade exemplar de julgamento.

Conclui essa síntese panorâmica, apontando a importância da história das idéias para a evolução do pensamento brasileiro. Nesse sentido, a sua atitude perante a História, como ciência, é bem animadora, ainda que o pensamento histórico, entre nós, esteja em fase tão primeva.

Na ligeira informação que nos dá do panorama atual da filosofia no Brasil, procura, inclusive à parte, relacionar alguns nomes do movimento neotomista no Brasil, enfileirando obras publicadas até 1959.

Entretanto, nessa enumeração, lamentamos a ausência do nome do prof. Ubaldo Puppi, da Universidade do Paraná, cuja obra “Itinerário para a verdade” (Uma introdução metafísica à Filosofia),

editada pela Livraria Agir, em 1955, e honrada com um prefácio de Jacques Maritain mereceu, entre outros conceitos elogiosos, os seguintes da Revista Portuguesa de Filosofia:

“Podemos contestar, sem receios de desmentido, que chegou já à maturação intelectual esta vocação filosófica que começa a desabrochar precisamente por ter se apoiado no ser e em seus eternos princípios, com entusiasmo e frescura juvenil que não descansa, enquanto não capta na medida do possível pela experiência vivida e original a realidade total nos vários planos de sua inteligibilidade”.

E' o que nos cabia assinalar nesta ligeira resenha.

JOSE' ROBERTO DO AMARAL LAPA.

* * *

The American Historical Association. Guide Historical Literature.
New York, MacMillan, 1961. XXXV, 962 págs.

O presente Guia, como o publicado em 1931, foi planejado pela **American Historical Association** e entregue a especialistas, quase todos membros da citada Associação.

A obra foi dividida em partes, tendo cada uma delas o seu responsável intelectual. E', portanto, uma obra autorizada, que inventaria o que de melhor existia na literatura de História, à época de sua compilação. Oferece ao estudioso um panorama bibliográfico seletivo da matéria e seus correlatos.

Dentro das grandes divisões da História, foi adotada a divisão geográfica, reunindo trabalhos relativos a regiões ou países. As histórias nacionais, que por conveniência, devem ser agrupadas, são tratadas em secções subseqüentes.

As nove partes em que se fragmenta a obra, estão subdivididas em secções.

Apresenta um índice remissivo de autores e assuntos numa só ordem alfabética, de fácil manejo.

FLORA DE BARROS CIUFE.

* * *

GIMBEL (John). — A German Community under American Occupation — Marburg, 1945-1952. Stanford University Press. Califórnia, E. U. A., 1961.

Esta obra é de grande interêsse pelo muito que nos pode oferecer, por um lado, em relação à compreensão dos efeitos que a ocupação americana produziu na comunidade germânica, por outro, fornecendo indicações precisas quanto a diversos paradoxos criados pela mesma, apontando as falhas cometidas pelas autoridades encarregadas daquela operação.

O Autor, na introdução de sua obra, apresenta os objetivos da mesma, que em síntese são: análise das atividades do govêrno. mi-